



FUNDAÇÃO SILIUS



Relatório Anual 2016



FUNDAÇÃO SILIUS

SUMÁRIO

Apresentação.....	01
Balço Patrimonial - Consolidado em R\$ Mil.....	01
Demonstração da Mutaço do Patrimônio Social - Consolidado em R\$ Mil.....	02
Demonstração da Mutaço do Ativo Líquido - Plano de Benefícios I em R\$ Mil.....	02
Demonstração da Mutaço do Ativo Líquido - Plano Ex-Autárquicos de Benefício em R\$ Mil...03	
Demonstração do Ativo Líquido - Plano de Benefícios I em R\$ Mil.....	03
Demonstração do Ativo Líquido - Plano Ex-Autárquicos de Benefício em R\$ Mil.....	04
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada em R\$ Mil.....	05
Demonstração das Provisões Técnicas - Plano de Benefícios I em R\$ Mil.....	06
Demonstração das Provisões Técnicas - Plano Ex-Autárquicos de Benefício em R\$ Mil.....	07
Notas Explicativas.....	08
Relatório do Auditor Independente.....	20
Parecer Atuarial - Plano de Benefícios I e Plano Ex-Autárquicos de Benefício.....	23
Parecer do Conselho Fiscal.....	29
Manifestação do Conselho Deliberativo.....	30



FUNDAÇÃO SILIUS

Demonstrações Contábeis Exercício de 2016

APRESENTAÇÃO

Tendo em vista as disposições contidas no seu Estatuto e Regulamento, a Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social – SILIUS apresenta aos seus Participantes e aos seus Patrocinadores, o Relatório de Atividades do exercício de 2016, acompanhado do Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – Plano de Benefícios I, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – Plano Ex-Autárquicos de Benefício, Demonstração do Ativo Líquido – Plano de Benefícios I, Demonstração do Ativo Líquido – Plano Ex-Autárquicos de Benefício, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, Demonstração das Provisões Técnicas – Plano de Benefícios I, Demonstração das Provisões Técnicas – Plano Ex-Autárquicos de Benefício, Notas Explicativas, Relatório do Auditor Independente, Parecer Atuarial, Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho Deliberativo.

I - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO	Valores em R\$ mil	
	Exercício 2016	Exercício 2015		Exercício 2016	Exercício 2015
DISPONÍVEL	37	56	EXIGÍVEL OPERACIONAL	188	123
			Gestão Previdencial	89	31
REALIZÁVEL	41.947	36.713	Gestão Administrativa	18	17
Gestão Previdencial	648	643	Investimentos	81	75
Gestão Administrativa	579	518	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2.702	2.369
INVESTIMENTOS	40.720	35.552	Gestão Previdencial	1.195	942
Fundos de Investimento	38.595	33.294	Gestão Administrativa	502	448
Investimentos Imobiliários	1.968	2.101	Investimentos	1.005	979
Depósito Judiciais/Recursais	157	157	PATRIMÔNIO SOCIAL	39.124	34.303
PERMANENTE	30	26	Patrimônio de Cobertura do Plano	37.995	33.774
Imobilizado	30	26	Provisões Matemáticas	43.625	35.929
			Benefícios Concedidos	87.878	82.370
			Benefícios a Conceder	3.588	3.690
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(47.841)	(50.131)
			Equilíbrio Técnico	(5.630)	(2.155)
			Resultados Realizado	-	(2.155)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(5.630)	(2.155)
			FUNDOS	1.129	529
			Fundo Previdencial	540	
			Fundos Administrativos	589	529
TOTAL DO ATIVO	42.014	36.795	TOTAL DO PASSIVO	42.014	36.795

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS
(CONSOLIDADO)**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	34.303	31.422	9,17%
1. Adições	16.294	13.003	25,31%
(+) Contribuições Previdenciais	11.568	9.375	23,39%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.552	2.471	43,75%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	52	-100,00%
(+) Receitas Administrativas	1.114	1.055	5,59%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	60	50	20,00%
2. Destinações	(11.473)	(10.122)	13,35%
(-) Benefícios	(9.964)	(9.029)	10,36%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(394)	-	0,00%
(-) Despesas Administrativas	(1.060)	(1.040)	1,92%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(55)	(53)	3,77%
3. Acréscimo/Decréscimo do Patrimônio Social (1+2)	4.821	2.881	67,34%
(+/-) Provisões Matemáticas	7.697	(6.755)	-213,95%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(3.475)	9.624	-136,11%
(+/-) Fundos Previdenciais	540	-	0,00%
(+/-) Fundos Administrativos	59	12	391,67%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	39.124	34.303	14,05%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
POR PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO DE BENEFÍCIOS I**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	32.071	29.569	8,46%
1. Adições	14.714	11.568	27,20%
(+) Contribuições	11.345	9.224	22,99%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.369	2.344	43,73%
2. Destinações	(10.260)	(9.066)	13,17%
(-) Benefícios	(9.868)	(8.943)	10,34%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(392)	(123)	218,70%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.454	2.502	78,02%
(+/-) Provisões Matemáticas	(7.211)	(6.913)	4,31%
(+/-) (Déficit) Superávit Técnico do Exercício	2.757	9.414	-70,71%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	36.525	32.071	13,89%
C) Fundos não Previdenciais	549	493	11,36%
(+/-) Fundo Administrativo	549	493	11,36%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
POR PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO EX-AUTÁRQUICOS DE BENEFÍCIO**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.703	1.336	27,47%
1. Adições	406	453	-10,38%
(+) Contribuições	223	151	47,68%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	183	127	44,09%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	175	-100,00%
2. Destinações	(98)	(86)	13,95%
(-) Benefícios	(96)	(86)	11,63%
(-) Constituição de contingências - Gestão Previdencial	(2)	-	0,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	308	367	-16,08%
(+/-) Provisões Matemáticas	(486)	157	-409,55%
(+/-) Fundo Previdencial	(540)	-	0,00%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	718	210	241,90%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.011	1.703	18,09%
C) Fundos Não Previdenciais	40	35	14,29%
(+/-) Fundo Administrativo	40	35	14,29%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR
PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO DE BENEFÍCIOS I**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
1. Ativos	39.421	34.561	14,06%
Disponível	6	3	100,00%
Receível	1.128	1.096	2,92%
Investimento	38.287	33.462	14,42%
Fundos de Investimento	36.166	31.209	15,88%
Investimento Imobiliário	1.968	2.101	-6,33%
Depósitos Judiciais/Recursais	153	152	0,66%
2. Obrigações	2.347	1.997	17,53%
Operacional	164	90	82,22%
Contingencial	2.183	1.907	14,47%
3. Fundos Não Previdenciais	549	493	11,36%
Fundos Administrativos	549	493	11,36%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	36.525	32.071	13,89%
Provisões Matemáticas	42.116	34.905	20,66%
Superávit/Déficit Técnico	(5.591)	(2.834)	97,28%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(5.591)	(2.834)	97,28%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	4.032	2.094	92,55%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(1.559)	(740)	110,68%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR
PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO EX-AUTÁRQUICOS DE BENEFÍCIO**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
1. Ativos	2.074	1.770	17,18%
Disponível	21	33	-36,36%
Receível	110	76	44,74%
Investimento	1.943	1.661	16,98%
Fundos de Investimento	1.939	1.657	17,02%
Depósitos Judiciais/Recursais	4	4	0,00%
2. Obrigações	22	31	-29,03%
Operacional	6	17	-64,71%
Contingencial	16	14	14,29%
3. Fundos Não Previdenciais	40	36	11,11%
Fundos Administrativos	40	36	11,11%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.012	1.703	18,14%
Provisões Matemáticas	1.510	1.024	47,46%
Superávit/Déficit Técnico	(39)	679	-105,74%
Fundos Previdenciais	541	-	0,00%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(39)	679	-105,74%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	222	99	124,24%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	183	778	-76,48%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
(CONSOLIDADA)**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	529	517	2,32%
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.174	1.105	6,24%
1.1. Receitas	1.174	1.105	6,24%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.114	1.055	5,59%
Resultado Positivo dos Investimentos	60	50	20,00%
2. Despesas Administrativas	1.060	1.040	1,92%
2.1. Administração Previdencial	670	615	8,94%
Pessoal e encargos	423	401	5,49%
Treinamentos/Congressos e Seminários	5	2	150,00%
Viagens e estadias	5	3	66,67%
Serviços de terceiros	183	165	10,91%
Despesas gerais	49	38	28,95%
Depreciações e amortizações	3	4	-25,00%
Tributos	2	2	0,00%
2.2. Administração dos Investimentos	390	425	-8,24%
Pessoal e encargos	282	275	2,55%
Treinamentos/Congressos e Seminários	4	1	300,00%
Viagens e estadias	3	2	50,00%
Serviços de terceiros	66	119	-44,54%
Despesas gerais	33	26	26,92%
Depreciações e amortizações	2	2	0,00%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	55	53	3,77%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	60	12	400,00%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	60	12	400,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	589	529	11,34%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS
DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO DE BENEFÍCIOS I**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	38.872	34.068	14,10%
1. Provisões Matemáticas	42.116	34.905	20,66%
1.1. Benefícios Concedidos	86.864	81.504	6,58%
Benefício Definido	86.864	81.504	6,58%
1.2. Benefício a Conceder	2.505	2.898	-13,56%
Benefício Definido	2.505	2.898	-13,56%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(47.253)	(49.497)	-4,53%
(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	(47.253)	(49.497)	-4,53%
(+/-) Patrocinador(es)	(33.627)	(36.273)	-7,29%
(+/-) Participantes	(13.626)	(13.224)	3,04%
2. Equilíbrio Técnico	(5.591)	(2.834)	97,28%
2.1. Resultados Realizados	(5.591)	(2.834)	97,28%
(-) Déficit técnico acumulado	(5.591)	(2.834)	97,28%
4. Exigível Operacional	164	90	82,22%
4.1. Gestão Previdencial	89	0	345,00%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	75	70	7,14%
5. Exigível Contingencial	2.183	1.907	14,47%
5.1. Gestão Previdencial	1.195	942	26,86%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	988	965	2,38%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS
DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO EX-AUTÁRQUICOS DE BENEFÍCIO**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	1.492	1.733	-13,91%
1. Provisões Matemáticas	1.509	1.024	47,36%
1.1. Benefícios Concedidos	1.014	866	17,09%
Benefício Definido	1.014	866	17,09%
1.2. Benefício a Conceder	1.083	792	36,74%
Benefício Definido	1.083	792	36,74%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(588)	(634)	-7,26%
(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	(588)	(634)	-7,26%
(+/-) Patrocinador(es)	(588)	(634)	-7,26%
2. Equilíbrio Técnico	(39)	679	-105,74%
2.1. Resultados Realizados	(39)	679	-105,74%
Superávit técnico acumulado	-	679	-100,00%
Reserva de contingência	-	210	-100,00%
Reserva para revisão de plano	-	469	-100,00%
(-) Déficit técnico acumulado	(39)		
4. Exigível Operacional	6	16	-62,50%
4.1. Gestão Previdencia	-	11	-100,00%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6	5	20,00%
5. Exigível Contingencial	16	14	14,29%
5.1. Gestão Previdencial	-	-	-
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	16	14	14,29%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS - Entidade Fechada de Previdência Privada, regida pelas Leis n.ºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001, foi criada pela Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA, em 16 de junho de 1976, através de Escritura Pública sob registro n.º 8.332, tendo como instituidora a Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA. Com a publicação do Decreto n.º 81.240, de 20 de janeiro de 1978 a SILIUS teve seus estatutos aprovados e autorização para funcionamento através da Portaria n.º 1.640, de 13 de junho de 1979.

A Fundação SILIUS administra dois planos de benefício na modalidade de Benefícios Definidos, possuindo duas patrocinadoras: A CESA e a própria SILIUS, tendo como objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Oficial e também beneficiar aos grupos familiares dos empregados da PATROCINADORA e da SILIUS, promovendo, dessa forma o bem estar social dos seus destinatários. Os principais recursos que a Entidade dispõe para atingir seus objetivos são oriundos das contribuições das Patrocinadoras, Participantes, Assistidos, das parcelas do instrumento particular de repactuação, confissão de dívida e outras avenças, firmado entre SILIUS e CESA, e também, dos rendimentos resultantes das aplicações destes recursos em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN/BACEN n.º 3792, de 24/11/2009 e pela política de investimento revisada e aprovada anualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, e implementadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de acordo com a Resolução MPS/CNPC n.º 8, de 31 de Outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC n.º 12, de 29 de agosto de 2013, Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução n.º 25 de 17 de dezembro de 2015 e a Resolução CFC n.º 1.272, de 22 de janeiro de 2010 que aprova a NBCTE 11 – EFPC.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

3.1) Receitas e Despesas

São registradas segundo o princípio da competência dos exercícios.

3.2) Gestão Previdencial

Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos de Benefícios Proporcional Diferido, Portabilidade, Resgate e Auto-Patrocínio, bem como o resultado do plano de benefício de natureza previdencial.

3.3) Gestão Administrativa

Atividade de registro e de controle inerentes a administração dos planos de benefícios.

3.4) Investimentos

Atividade de registro e de controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

3.5) Patrimônio Social

Recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano de benefício.

3.6) Fundo

Formados com destinações específicas do Plano de Gestão Administrativo.

3.7) Disponíveis

Registra a disponibilidade existente em caixa e bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional, até 31/12/2016, totalizando a importância de R\$ 37 Mil e de R\$ 56 Mil em 31/12/2015, demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	2016	2015
Caixa PGA	1	1
Banrisul S/A M. Deus - Pl. Benefícios I	6	3
Banrisul S/A M. Deus - Pl. Ex-Autárquicos de Benefício	21	33
Banrisul S/A Beira Rio - Plano de Gestão Administrativa	9	18
Caixa Econômica Federal	0	1
Total Disponível	37	56

3.8) Gestão Previdencial

A Gestão Previdencial, registra direitos da entidade relativos às contribuições do patrocinador, dos participantes e demais direitos, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas até 31/12/2016, totalizando a importância de R\$ 222 Mil e de R\$ 236 Mil em 31/12/2015, conforme segue:

EM R\$ MIL

Descrição	2016	2015
Contribuições do Mês		
Patrocinador	160	150
Participantes	36	48
Contribuições sobre 13º Salário		
Patrocinador	7	12
Participantes	19	26
Total	222	236

3.8.1) Depósitos Judiciais/Recursais

Está registrado na conta depósitos judiciais/recursais o valor referente ao depósito judicial nos autos do processo nº 1.03.0000418-7, junto à comarca de Júlio de Castilhos, relacionado à concessão de suplementação de aposentadoria, conforme segue:

EM R\$ MIL

Descrição	2016	2015
José Sidney de Mello Bueno	392	392
Total	392	392

3.9) Gestão Administrativa

A conta Outros Recursos a Receber registram-se os recursos a receber nos planos de Benefício I, Plano Ex-Autárquicos de Benefício, referente a conta adiantamentos refere-se ao adiantamento de férias e fornecedores, conforme segue:

EM R\$ MIL

Descrição	2016	2015
Outros Recursos a Receber	83	105
Total	83	105

3.9.1) Depósitos Judiciais/Recursais

A partir de Janeiro/2007 a SILIUS iniciou a ação judicial que visa à recuperação dos valores recolhidos pela Entidade, referentes ao PIS e COFINS, passando a depositá-los judicialmente nas contas n.º 0652.635.0000 2426-7 e conta n.º 0652.635.0000 2505-0, respectivamente.

EM R\$ MIL

Descrição	2016	2015
Depósito Judicial/Recursais - PIS	69	62
Depósito Judicial/Recursais - COFINS	427	381
Total	496	443

3.9.2) Regra de Consolidação

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento ao item 30 letra "I" da Instrução 34 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar. A SILIUS ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de Dezembro de 2016 e 2015 anulou a operação abaixo demonstrada, a qual apresentava duplicidade do patrimônio da Entidade:

EM R\$ MIL

R\$ mil Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
	Particip. no PGA	Particip. Fdo Adm	Particip. no PGA	Particip. Fdo Adm
PLANO PBI	549	(549)	35	(35)
PLANO PEAB	40	(40)	493	(493)
ELIMINAÇÃO	(589)	589	(528)	528
CONSOLIDADO	0	0	0	0

3.9.3) Outros Realizáveis

Valores referentes a créditos do encontro de contas constantes no relatório da comissão de sindicância interna, processo nº 000129/975, conforme memorando nº 084/97, de 31/10/97, processo nº 10899665-AFCESA e Outros de natureza civil da 2ª vara de Porto Alegre. A Fundação SILIUS constituiu em 2008 uma provisão para perda de 100% do valor de R\$ 50 mil. Observando os critérios determinados pela Resolução CGPC nº 05 de 30/01/2002, alterada pela Resolução CGPC nº 10, de 05/07/2002. A Entidade recebeu em 13/07/2011 o valor de R\$ 16 mil, conforme alvará de autorização nº 25820/2096-2011.

EM R\$ MIL		
Descrição	2016	2015
AFCESA	35	35
Constituição Provisão CLD	(35)	(35)
Total	0	0

3.10) Investimentos

3.10.1) Fundos de Investimento: Renda Fixa e Renda Variável

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e suas respectivas alterações, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas formas:

(i) Títulos para negociação - registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantém interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais são avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

As aplicações em Fundo Aberto de Investimento Renda Fixa e Renda Variável foram classificadas como "títulos para negociação" e estão atualizadas e apresentadas pelo valor das cotas desses fundos na data do Balanço, computando-se a valorização e a desvalorização decorrentes dos ajustes registrados nas contas específicas, sendo a administração dos investimentos exercida por gestores terceirizados.

EM R\$ MIL			
Descrição	Custódia	2016	2015
Santos Virtual FIC de FIRF Crédito Privado	BESAF	250	165
Bradesco FI Referenciado DI Premiun	BRAM	490	428
Itaú Institucional IBRX Ativo Ações FI	ITAÚ	0	2.559
Bradesco FI RF Silius	BRAM	37.855	30.142
Total		38.595	33.294

A rentabilidade calculada pela ADITUS Consultoria Financeira, em 2015, com base na metodologia da TIR dos investimentos foi de 12,09% no Plano de Benefício I e 12,16% no Plano Ex-Autárquicos de Benefício, ficando abaixo da meta atuarial de 17,40% (correspondente a taxa real de juros de 5,50% acrescida da inflação acumulada durante 2015 igual a 11,28%).

A rentabilidade calculada pela ADITUS Consultoria Financeira, em 2016, com base na metodologia da TIR dos investimentos foi de 11,81% no Plano de Benefício I e 12,99% no Plano Ex-Autárquicos de Benefício, contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 12,44%, correspondente a taxa real de juros de 5,50% acrescida da inflação acumulada durante 2016 igual a 6,58%).

3.10.2) Ajuste de Precificação

Considerando a nova redação dada à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, foi criado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria mantida até o vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

O objetivo da referida norma é demonstrar a comparação entre os fluxos financeiro e previdenciário cujos prazos e montantes de recebimentos de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes do fluxo previdenciário, e que tenha o valor previamente estabelecido por estudo técnico e cujo o custeio seja determinado atuarialmente de forma a assegurar a concessão e manutenção desses benefícios.

Com base em estudo técnico realizado pelos Atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2016 a taxa de juros utilizada no ajuste de precificação foi de 5,07% para Plano de Benefício I e 5,11% para Plano Ex-Autárquicos (5,5% em 2015), Plano de Benefício Previdencial I e Plano Ex-Autárquicos de Benefício, com Duration do passivo em 10,21 anos (10,67 anos em 2015) e 10,62 anos (10,49 anos em 2015) respectivamente.

Tal ajuste está restrito a parcela de Benefício Definido dos Planos de Benefício Definido ou de Contribuição Variável. Na Silius o valor do ajuste de precificação do Plano de Benefício Previdencial I foi em 2016 de R\$ 4.032 (R\$ 2.094 mil positivo em 2015) e no Plano Ex-Autárquicos de Benefício foi de R\$ 222 (R\$ 99 mil positivo em 2015), conforme demonstrativo abaixo dos Títulos Públicos utilizados para efeito de ajuste de precificação em 31 de dezembro de 2016:

Plano de Benefícios I

EM R\$ MIL

Descrição	Vencimento	Qtd.	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste Positivo
Títulos Públicos			R\$ 23.967	R\$ 28.000	R\$ 4.032
NTN-B	15/05/2023	1.262,00	R\$ 3.698	R\$ 3.945	R\$ 247
NTN-B	15/08/2024	1.103,00	R\$ 3.191	R\$ 3.523	R\$ 332
NTN-B	15/08/2030	2.010,00	R\$ 5.695	R\$ 6.608	R\$ 913
NTN-B	15/05/2035	1.997,00	R\$ 5.467	R\$ 6.594	R\$ 1.127
NTN-B	15/08/2040	1.300,00	R\$ 3.596	R\$ 4.414	R\$ 817
NTN-B	15/05/2045	861,00	R\$ 2.320	R\$ 2.916	R\$ 596

Abaixo a apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano de Benefícios I:

EM R\$ MIL

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(5.591)	(2.834)	97,28%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	4.032	2.094	92,55%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(1.559)	(740)	110,68%

Plano Ex-Autarquico de Benefício

EM R\$ MIL

Descrição	Vencimento	Qtd.	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste Positivo
Títulos Públicos			R\$ 1.331	R\$ 1.555	R\$ 222
NTN-B	15/05/2023	67,00	R\$ 197	R\$ 210	R\$ 13
NTN-B	15/08/2024	59,00	R\$ 170	R\$ 187	R\$ 17
NTN-B	15/08/2030	107,00	R\$ 303	R\$ 351	R\$ 47
NTN-B	15/05/2035	106,00	R\$ 291	R\$ 350	R\$ 58
NTN-B	15/08/2040	79,00	R\$ 219	R\$ 268	R\$ 49
NTN-B	15/05/2045	46,00	R\$ 124	R\$ 155	R\$ 31
NTN-B	15/08/2050	10,00	R\$ 27	R\$ 34	R\$ 7

Abaixo a apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano Ex-Autárquicos de Benefício:

EM R\$ MIL

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(39)	679	-105,74%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	222	99	124,24%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	183	778	-76,48%

3.10.3) Imóveis

A Fundação SILIUS possui às salas 601, 602, 603 e 604 com seus respectivos Box simples 294, 295, 328 e 329 do Empreendimento - Getúlio Vargas Prime Offices, situado na Av. Getúlio Vargas n.º 1157.

Esses imóveis estão registrados parte em Uso Próprio e parte em Imóveis Locados a Terceiros. A última avaliação dos imóveis foi realizada em junho de 2015 pela empresa Embraval Engenharia Consultiva S/S e apresentou um resultado positivo de R\$ 531 mil em comparação ao valor em construção, o qual foi registrado na conta de variação positiva dos investimentos em imóveis em junho de 2015:

EM R\$ MIL

Descrição	2016	2015
Uso Próprio	984	950
Locadas a Terceiros	984	1.151
Total	1.968	2.101

3.10.4) Investimentos - Depósitos Judiciais/Recursais

Estão registrados na conta depósito judiciais/recursais os valores referentes às ações judiciais do Horto Florestal de Cruz Alta e Cachoeira do Sul-RS, conforme segue:

EM R\$ MIL

Descrição	2016	2015
Édio Gilberto Priebe	156	156
Luiz Eduardo Paradedda	1	1
Total	157	157

3.11) PERMANENTE

Representa os bens necessários ao funcionamento da entidade, demonstrados ao custo de aquisição, subtraída a depreciação acumulada, o intangível é constituído pelas aquisições de softwares e benfeitorias realizadas na casa comercial locada pela SILIUS. O Diferido registra o saldo existente em 31/12/2010 não alocados para a conta intangível constituído pelas aquisições de softwares e registrados pelo custo de aquisição, subtraída a amortização acumulada, calculado pelo método linear, a seguir a estrutura do permanente com as devidas taxas:

EM R\$ MIL			
Descrição	2016	2015	Taxa a.a.
Móveis e Utensílios	37	33	10%
(-) Depreciação Móveis e Utensílios	(16)	(15)	
Máquinas e Equipamentos	78	74	10%
(-) Depreciação Máquinas e Equip.	(69)	(66)	
Softwares	18	18	20%
(-) Amortização	(18)	(18)	
Total Permanente	30	26	

3.12) Exigível Operacional

Na Gestão Previdencial estão registradas as retenções referentes as folhas de benefícios, na Gestão Administrativa estão registrados as provisões e encargos da folha de pessoal da Fundação Silius e os Investimentos registram-se os recursos a pagar para o PGA do Plano de Benefício I, Plano Ex-Autárquicos de Benefício, referentes ao custeio administrativo investimentos.

EM R\$ MIL		
Descrição	2016	2015
Gestão Previdencial	89	31
Gestão Administrativa	17	17
Investimentos	81	75
Total Exigível Operacional	187	123

3.13) Exigível Contingencial

3.13.1) Gestão Previdencial

Nesta conta registra-se o montante das provisões relativas às ações judiciais contra a SILIUS, referente às ações judiciais de concessão de suplementação de aposentadoria e diferenças de faixas salariais (Patrocinadora), as quais foram ajustadas com base no relatório jurídico do Luis Felipe Lemos Machado Advogados Associados, conforme segue:

EM R\$ MIL		
Descrição	2016	2015
Nilda Mello Prates	49	42
José Sidney de Mello Bueno	1.146	901
Total	1.195	943

3.13.2) Gestão Administrativa

Está registrada no Exigível Contingencial provisão, referente à ação judicial objetivando a devolução das quantias indevidamente recolhidas pela SILIUS a título de PIS e COFINS, desde 2001. A partir de janeiro/2007 os tributos foram recolhidos através dos seguintes depósitos judiciais: PIS n.º 0652.635.0000 2426-7 e COFINS n.º 0652.635.0000 2505-0.

EM R\$ MIL

Descrição	2016	2015
PIS	70	63
COFINS	432	385
Total	502	448

3.13.3) Investimentos

Os valores registrados no Exigível Contingencial correspondem às provisões das ações judiciais do Horto Florestal de Cruz Alta/RS e Cachoeira do Sul/RS, os quais foram ajustados com base no relatório jurídico do escritório Luis Felipe Advogados Associados:

EM R\$ MIL

Descrição	2016	2015
Edio Gilberto Priebe	585	507
Maria Aparecida Dreyer Glasenapp	0	110
Simone Sampaio Moreira	420	362
Total	1.005	979

3.14) Patrimônio Social

3.14.1) Provisões Matemáticas Consolidadas

As Provisões Matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais, efetuados pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

Descrição	2016	2015
Benefícios Concedidos	87.878	82.370
Benefício Definido Estruturado em regime de capitalização	87.878	82.370
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	66.312	62.802
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	21.566	19.568
Benefícios a Conceder	3.587	3.690
Benefício Definido Estruturado em regime de capitalização programada	2.387	2.734
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.059	3.492
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(336)	(379)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(336)	(379)
Benefício Definido Estruturado em regime de capitalização não programada	1.200	956
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	1.987	1.713
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(22)	(26)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(765)	(731)
(-) Provisão Matemática a constituir	(47.841)	(50.131)
(-) Por ajustes das contribuições extraordinárias	(47.841)	50.131)
(-) Patrocinador	(34.215)	(36.907)
Outras Contribuições Patrocinador	(70.457)	(68.643)
Provisão Revisão Contratual	37.514	32.903
Parcelas a Receber	(1.272)	(1.167)
(-) Participantes	(13.626)	(13.224)
Ativos	(473)	(491)
Assistidos	(13.153)	(12.733)
Total Provisões Matemáticas	43.624	35.929

3.14.2) Provisões Matemáticas a constituir

Em 30 de setembro de 2002, foi firmado o Instrumento Particular de Repactuação, Confissão de Dívida e Outras Avenças, que adita e substitui os protocolos celebrados em 31 de dezembro de 1991 e 29 de dezembro de 1995. Ficou estipulado que o saldo devedor será atualizado mensalmente pelo índice do INPC/IBGE, mais 0,5% (meio por cento) de juros ao mês que serão amortizadas em 228 parcelas mensais e consecutivas.

A CESA, através do expediente PRES/Carta n.º 154/2011, de 28 de Julho de 2011, informou que a partir da competência de Julho/2011, unilateralmente, passaria a pagar um novo valor da parcela mensal que entendia como devido. Em 04 de Agosto de 2011 a Fundação SILIUS notificou a CESA através do expediente SILIUS/073/2011 sobre os dispositivos legais do Instrumento Particular de Repactuação, Confissão de Dívida e Outras Avenças, datado de 30 de setembro de 2002 que estavam sendo descumpridos. Por ter sido uma decisão unilateral por parte do Patrocinador, a SILIUS protocolou processo de execução contra a CESA, visando o pagamento das diferenças das parcelas em atraso, com base no Contrato em vigor.

Durante o período de Intervenção pela PREVIC (Órgão de Fiscalização) na Fundação SILIUS, ocorreu uma renegociação do Contrato de dívida e a efetivação contábil dos ajustes estabelecidos pelo órgão fiscalizador. Em abril de 2015 foi finalizada a intervenção, resultando em uma redução contábil no valor do Contrato, na forma de Provisão para Revisão Contratual, atualizado em dezembro de 2016 em R\$ 34.215 mil (R\$ 36.907 mil em 2015).

A nova diretoria empossada em abril de 2015 resolveu manter a escrituração do contrato original no valor atualizado em dezembro de 2016 no valor de R\$ 70.457 mil (R\$ 68.643 mil em 2015), por haver ainda questões suscitadas pela Interventora no relatório final, bem como uma discussão na esfera administrativa e judicial. Assim, para ajustar contabilmente o valor do Contrato ao valor revisado, foi mantida a Provisão para Revisão Contratual. A seguir apresentamos o demonstrativo do acompanhamento do contrato.

EM R\$ MIL

Descrição	2016	2015
Provisão Matemática a constituir	47.841	50.131
Por ajustes das contribuições extraordinárias	47.841	36.478
Contrato Patrocinador	34.215	36.907
Outras Contribuições Patrocinador	70.457	68.643
Provisão Revisão Contratual	(37.514)	(32.903)
Parcelas a Receber	1.272	1.167
Participantes	13.625	13.224
Ativos	473	491
Assistidos	13.152	12.733

3.14.3) Resultado Acumulado no Exercício

Nesta conta registra-se a composição do excedente ou ausência patrimonial em relação aos compromissos totais conforme a seguir demonstrado:

EM R\$ MIL

Descrição	2016	2015
Plano de Benefício I		
Resultados Realizados	(5.591)	(2.834)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(5.591)	(2.834)
Plano de Benefício Ex-Autarquicos		
Resultados Realizados	(39)	679
Superávit Técnico Acumulado	-	679
(-) Déficit Técnico Acumulado	(39)	-
Total Resultados Realizados	(5.630)	(2.155)

3.14.4) Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo da Gestão Administrativa é formado pelas receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas da Gestão Administrativa, considerando-se o limite mínimo relativo ao saldo do ativo permanente. O montante deste fundo em 31 de dezembro/2016 é de R\$ 589 mil (R\$ 529 mil em 2015). O Fundo Administrativo é apresentado por Plano de Benefício, onde o resultado é apurado através do rateio pelo volume patrimonial do mês anterior. A Seguir o valor do Fundo Administrativo em 31 de dezembro de:

EM R\$ MIL

Descrição	2016	2015
Plano de Benefício I	549	493
Plano Ex-Autarquicos de Benefício	40	36
Total Fundo Administrativo	589	529

3.15) Gestão Administrativa

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas de Investimentos, conforme regulamento e orçamento, deduzidas das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Silius utiliza o seguinte critério:

- **Receitas:** Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio de investimentos;
- **Despesas Comuns aos planos:** Utilização de critério de rateio que leva em consideração o total do patrimônio para a apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns;
- **Todas as despesas administrativas do PGA foram consolidadas na conta 429 – Despesas da Administração Total e após rateadas na Gestão Previdencial (GP) e Investimento (I).** O critério de rateio foi de participação pelo tempo de trabalho de cada funcionário e gestor, exceto a consultoria atuarial, despesa exclusiva da área previdencial e a consultoria de investimentos, despesa exclusiva da área de investimentos.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo gestão da entidade, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

4) DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

4.1) I Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial demonstra o Patrimônio total administrado pela entidade Silius, os valores apresentados estão consolidados e representam o Plano de Benefício I, o Plano de Benefício Ex-Autárquico e o Plano de Gestão Administrativa. O Demonstrativo está apresentado conforme regra de consolidação (Nota 3.9.2).

4.2) II Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Esse demonstrativo apresenta as adições e destinações consolidadas dos Planos de Benefícios, da Gestão Administrativa e de Investimentos.

4.3) III Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Esse demonstrativo apresenta as variações da Mutação por Plano de Benefícios, sem a participação do Plano de Gestão Administrativa – PGA. Representa a variação do Ativo Líquido apresentado no início e no final do exercício representando o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano.

4.4) IV Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

O demonstrativo do Ativo Líquido por plano apresenta a destinação e aplicações dos recursos do plano diminuída das suas obrigações. As variações de cada conta patrimonial estão em consonância com a Política de investimento da entidade, a qual é aprovada e acompanhada anualmente.

4.5) V Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

O Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa – PGA apresenta, através das contas de resultado, toda a movimentação da Gestão Administrativa da Entidade. Nele verificam-se as origens dos recursos e a composição dos Gastos Administrativos, demonstrando a sobra ou insuficiência do mesmo.

4.6) VII Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Apresenta as Provisões Técnicas do Plano na composição Atuarial, de acordo com o DA (Demonstrativo Atuarial) emitido pelo Atuário responsável.

5. CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA FECHAMENTO

5.1) Gestão Previdencial

Esta gestão recebe contribuições e valores transferidos da gestão de investimentos, relativos ao resultado das aplicações dos recursos disponíveis do plano de benefícios e destina recursos no pagamento de benefícios.

5.2) Gestão Administrativa

Esta gestão recebe valores transferidos da gestão de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo administrativo e o custeio dos investimentos para cobertura das despesas administrativas da gestão do Plano de Gestão Administrativa.

5.3) Gestão de Investimentos

As receitas líquidas dos investimentos mensais são transferidas para a gestão previdencial e administrativa, de acordo com os recursos de cada gestão.

O fechamento mensal do balancete decorre da totalidade do saldo líquido positivo das aplicações da gestão de investimentos, remanescente à remuneração dos fundos, para a gestão previdencial.

A remuneração dos fundos administrativos e de investimentos tem como base a proporcionalidade dos recursos investidos de cada gestão.

6) REGIME TRIBUTÁRIO

6.1) Imposto de Renda para EFPC

Em 03 de janeiro de 2013 foi publicada a Instrução Normativa n.º 1.315, qual altera a Instrução Normativa SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefício de caráter previdenciário, Fapi e seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência e dá outras providências, passando a vigorar a seguinte redação no art. 17:

“Art. 17. As entidades fechadas de previdência complementar estão isentas do imposto sobre a renda devido pela pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.”

6.2) PIS e Cofins

Os valores referentes ao PIS e à COFINS são calculados mensalmente, de acordo com as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre o somatório das receitas administrativas da Entidade e o resultado das aplicações do Fundo Administrativo, conforme Instrução Normativa SRF nº 1.285 de 13/08/2012, alterada pela Lei Nº 12.973 de 13/05/2014, (Nota 3.9.1).

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA PÉREZ
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 100.065.400-15

JAQUES CALLEGARO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRC/RS: 090095/0-6 - CPF: 479.018.100-68

À
FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS
Porto Alegre/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidadas da FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

a) Ajuste de Precificação

a.1) PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIAL I

Chamamos a atenção para a Nota 3.10.2, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIAL I. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2016, apresentou resultado positivo de R\$ 4.032 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

a.2) PLANO EX-AUTÁRQUICO DE BENEFÍCIO

Chamamos a atenção para a Nota 3.10.2, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO EX-AUTÁRQUICO DE BENEFÍCIO. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2016, apresentou resultado positivo de R\$ 222 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 06 de abril de 2016, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, com ênfase sobre os mesmos assuntos do parágrafo de ênfase acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de emissão do nosso relatório, não havíamos recebido o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, em virtude do mesmo não estar concluído, visto que depende inclusive de manifestação desta auditoria, pelo que nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de março de 2017.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC/RS 30.361

PARECER ATUARIAL

MIRADOR 0300/2017

Porto Alegre, 17 de março de 2017.

Ilmo. Sr.
Denílson Gonçalves de Oliveira
MD. Diretor Administrativo e de Seguridade
SILIUS

Prezado Senhor,

Apresentamos, a seguir, o Parecer Atuarial do Plano de Benefícios I e do Plano Ex-Autárquicos de Benefício, em conformidade com os resultados da avaliação atuarial de 31/12/2016.

PARECER ATUARIAL PLANO DE BENEFÍCIOS I E PLANO EX-AUTÁRQUICOS DE BENEFÍCIO

Os planos analisados possuem característica de Benefício Definido, sendo administrados pela Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social – SILIUS e patrocinados pela Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA e pela própria Fundação SILIUS.

A) Estatísticas

• Plano de Benefícios I

Evolução do Quantitativo de Participantes

Participantes	2015	2016
Ativos	10	5
Participantes em BPD	0	0
Assistidos	320	320
Aposentados	198	199
Aposentados por Invalidez	10	10
Pensionistas	112	111
Outros (cancelados, afastados, etc.)	0	0
Total	330	325

Idade média dos Participantes

Participantes	2015	2016
Ativos	55	53
Participantes em BPD	0	0
Aposentados	69	70
Aposentados por Invalidez	70	71
Pensionistas	71	72
Outros (cancelados, afastados, etc.)	0	0
Total	69	70

• Plano Ex-Autárquicos de Benefício

Evolução do Quantitativo de Participantes

Participantes	2015	2016
Ativos	13	13
Participantes em BPD	0	0
Assistidos	4	4
Aposentados	0	0
Aposentados por Invalidez	0	0
Pensionistas	4	4
Outros (cancelados, afastados, etc.)	0	0
Total	17	17

Idade média dos Participantes

Participantes	2015	2016
Ativos	76	77
Participantes em BPD	0	0
Aposentados	0	0
Aposentados por Invalidez	0	0
Pensionistas	74	75
Outros (cancelados, afastados, etc.)	0	0
Total	75	76

B) Hipóteses e Métodos Atuariais

• Plano de Benefícios I

Premissa	2015	2016
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	5,50%	5,07%
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	98,00%	98,00%
Fator de Capacidade dos Benefícios	98,00%	98,00%
Taxa de Crescimento Real Salarial	1,27%	0,50%
Indexador Financeiro	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Biométricas		
Mortalidade Geral	AT-2000 Básica	AT-2000 Básica
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Mortalidade de Inválidos	Ex-IAPC	Ex-IAPC
Demográficas		
Rotatividade (<i>Turnover</i>)	Nula	Nula
Estrutura Familiar	Para os futuros pensionistas: FAMÍLIA MÉDIA • Percentual de casados: 90% • Diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos Para os atuais pensionistas: FAMÍLIA REAL	Para os futuros pensionistas: FAMÍLIA MÉDIA • Percentual de casados: 90% • Diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos Para os atuais pensionistas: FAMÍLIA REAL

Regime Financeiro e Método de Financiamento	Regime	Método
Aposentadoria Normal	Capitalização	Agregado
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Agregado
Benefício de Pensão	Capitalização	Agregado
Auxílio-Doença	Repartição Simples	Repartição Simples
Pecúlio por Morte	Capitalização	Agregado
Abono Anual	Capitalização	Agregado

• Plano Ex-Autárquicos de Benefício

Premissa	2015	2016
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	5,50%	5,11%
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	98,00%	98,00%
Fator de Capacidade dos Benefícios	98,00%	98,00%
Indexador Financeiro	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Biométricas		
Mortalidade Geral	AT-2000 Básica	AT-2000 Básica
Entrada em Invalidez	Não Aplicado	Não Aplicado
Mortalidade de Inválidos	Não Aplicado	Não Aplicado
Demográficas		
Estrutura Familiar	Para os futuros pensionistas: FAMÍLIA MÉDIA • Percentual de casados: 90% • Diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos Para os atuais pensionistas: FAMÍLIA REAL	Para os futuros pensionistas: FAMÍLIA MÉDIA • Percentual de casados: 90% • Diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos Para os atuais pensionistas: FAMÍLIA REAL

Regime Financeiro e Método de Financiamento	Regime	Método
Benefício de Pensão	Capitalização	Ortodoxo
Pecúlio por Morte	Capitalização	Ortodoxo

C) Provisões Matemáticas

• Plano de Benefícios I

Patrimônio de Cobertura	36.524.301,60
Provisões Matemáticas	42.115.642,01
(+) Passivo Atuarial ¹	89.367.967,18
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(47.252.325,17)
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	(5.591.340,41)
(+/-) Ajuste Precificação ²	4.031.853,91
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	(1.559.486,50)

¹ Passivo Atuarial = PMBC + PMBaC

Sendo,

PMBC (Provisão Matemática de Benefícios Concedidos) = R\$ 86.863.709,94

PMBaC (Provisão Matemática de Benefícios a Conceder) = R\$ 2.504.257,24

² O ajuste de Precificação é calculado através de planilha específica disponibilizada pela PREVIC.

• Plano Ex-Autárquicos de Benefício

Patrimônio de Cobertura	1.470.446,55
Provisões Matemáticas	1.509.303,75
(+) Passivo Atuarial ¹	2.097.702,22
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(588.398,47)
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	(38.857,20)
(+/-) Ajuste Precificação ²	221.990,38
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	183.133,18

¹ Passivo Atuarial = PMBC + PMBaC

Sendo,

PMBC (Provisão Matemática de Benefícios Concedidos) = R\$ 1.014.403,05

PMBaC (Provisão Matemática de Benefícios a Conceder) = R\$ 1.083.299,17

² O ajuste de Precificação é calculado através de planilha específica disponibilizada pela PREVIC.

D) Rentabilidade

• Plano de Benefícios I

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela SILIUS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2016, foi de 11,81% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 12,44% (correspondente a taxa real de juros de 5,50% acrescida da inflação acumulada durante 2016 igual a 6,58%), o que, em termos reais, representou obter 4,91% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,50% ao ano estabelecida para 2016, tomando como indexador base, o INPC do IBGE.

• Plano Ex-Autárquicos de Benefício

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela SILIUS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2016, foi de 12,99% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 12,44% (correspondente a taxa real de juros de 5,50% acrescida da inflação acumulada durante 2016 igual a 6,58%), o que, em termos reais, representou obter 6,01% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,50% ao ano estabelecida para 2016, tomando como indexador base, o INPC do IBGE.

E) Plano de Custeio

• Plano de Benefícios I

Custeio previdenciário - Contribuição Normal

O Plano de Custeio do plano de benefícios da SILIUS permanece o mesmo do exercício anterior, conforme descrito abaixo:

Participantes Ativos

Os participantes ativos contribuirão com os percentuais discriminados, a seguir, sobre o Salário de Participação (SP):

- 5,50% sobre o total do SP;
- 7,61% sobre o excesso do SP em relação à metade do teto de benefícios do INSS;
- 10,95% sobre o excesso do SP em relação ao teto de benefícios do INSS.

Participantes Assistidos

- 14% do SP.

Patrocinadora

- Contribuição Normal paritária às efetuadas por Participantes e Assistidos do plano

Custeio previdenciário - Contribuição Extraordinária

Contribuições Extraordinárias: Durante o exercício de 2015 foram desenvolvidos estudos para equacionamento do plano, conforme correspondência MIRADOR 0464/2015, considerando as mudanças nos critérios de definição do Instrumento Particular de Repactuação, Confissão de Dívida e outras Avenças (Contrato) entre SILIUS e CESA, foco do processo de Intervenção do Órgão de Fiscalização à época.

Participantes

Para os participantes, aposentados e pensionistas o equacionamento se dará através das seguintes alíquotas de contribuição extraordinária:

- Ativos: 12,78% sobre o SP;
- Aposentados: 14,86% sobre o SP;
- Pensionistas (atuais): 14,86% sobre o SP.

Patrocinadora

A parcela de Déficit Técnico de responsabilidade da patrocinadora já estava incorporada ao Contrato de Dívida entre SILIUS e CESA.

• Plano Ex-Autárquicos de Benefício

Custeio previdenciário

O Plano de Custeio do plano de benefícios da SILIUS permanece o mesmo do exercício anterior, conforme descrito abaixo:

Participantes Ex-Autárquicos

- 14% do SP.

F) Conclusões

• Plano de Benefícios I

Para fins da avaliação atuarial do **Plano BD-I** foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/12/2016 e posicionado nesta mesma data de referência. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros e métodos de financiamento foram mantidos os mesmos do ano anterior. Em relação às premissas utilizadas na avaliação atuarial, houve a alteração nas hipóteses de Taxa de Juros Real Anual, de 5,50% para 5,07%, e Crescimento Real de Salário, de 1,27% para 0,50%, conforme embasamento apresentado nos estudos de adequação realizados em 2016 (MIRADOR 0861-2016 e 1159-2016). Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior e atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006 bem como de suas atualizações posteriores.

O Plano aqui analisado apresenta um resultado técnico deficitário de R\$ 5.591.340,41, que representa 13,27% das Provisões Matemáticas. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela SILIUS em R\$ 4.031.853,91, o resultado técnico ajustado do plano permanece deficitário em R\$ 1.559.486,50, equivalente a 3,70% das provisões matemáticas do plano (percentual inferior ao Limite de Tolerância a Déficit - LDT, de 6,21% das Provisões Matemáticas líquidas da Provisão Matemática a Constituir).

Com relação ao Contrato de Dívida do Patrocinador, as contribuições para o mesmo vem sendo repassadas pelo Patrocinador, inexistindo débitos no fechamento do Exercício de 2016.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do **Plano BD-I**, informamos que o plano encontra-se equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.

• Plano Ex-Autárquicos de Benefício

Para fins da avaliação atuarial do **Plano Ex-Autárquicos** foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/12/2016 e posicionado nesta mesma data de referência. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros e métodos de financiamento foram mantidos os mesmos do ano anterior. Em relação às premissas utilizadas na avaliação atuarial, houve a alteração na hipótese de Taxa de Juros Real Anual, de 5,50% para 5,11%, conforme embasamento apresentado nos estudos de adequação realizados em 2016 (MIRADOR 0861-2016 e 1159-2016). Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior e atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006 bem como de suas atualizações posteriores.

No encerramento do exercício de 2016, foi constituído Fundo Previdencial com a finalidade de dar cobertura a ocorrências de risco acima do esperado, conforme a correspondência MIRADOR 0197/2017, originadas da volatilidade existente dado o pequeno número de participantes no plano (17 participantes e pensionistas).

O Plano aqui analisado apresenta um resultado técnico deficitário de R\$ 38.857,20, que representa 2,57% das Provisões Matemáticas. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela SILIUS em R\$ 221.990,38, o resultado técnico ajustado do plano fica superavitário em R\$ 183.133,18, equivalente à 20,62% das provisões matemáticas do plano.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano Ex-Autárquicos, informamos que o plano encontra-se equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.

Porto Alegre, 17 de março de 2017.

GIANCARLO GIACOMINI GERMANY
Diretor Técnico - MIBA 1020

MICHEL LERPINIÈRE ROSA
Atuário - MIBA 2653

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Fundação SILIUS, procedeu ao exame das demonstrações contábeis composta do Balanço Patrimonial, Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Obrigações Atuariais e das respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Embasado nos pareceres da Mirador Assessoria Atuarial e da Exacto Auditoria S/S, o Conselho Fiscal   de opinião que os documentos supracitados traduzem adequadamente a situa o patrimonial e financeira da Funda o SILIUS, naquela data, estando em condi es de serem submetidas   aprecia o do Conselho Deliberativo, em conformidade com o artigo 50, item V do Estatuto Social.

Porto Alegre, 18 de maio de 2017.

João Francisco de Souza Aguiar
Presidente do Conselho Fiscal

Vanderlei Farias Pessoa
Vice-Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Roberto Mello Prates
T tular do Conselho Fiscal

Sérgio Antunes da Rosa
Suplente do Conselho Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fundação SILIUS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, baseado nos pareceres do Conselho Fiscal da Fundação SILIUS, da Mirador Assessoria Atuarial e da Exacto Auditoria S/S, aprovou, por unanimidade, o Balanço Patrimonial, Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Obrigações Atuariais e das respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Porto Alegre, 22 de maio de 2017.

Jurandir Loss

Vice-Presidente do Conselho Deliberativo

Nelton Pinheiro Machado

Titular do Conselho Deliberativo

Irineu Bertele

Titular do Conselho Deliberativo

Ant nio Maria de Deus Lopes

Suplente do Conselho Deliberativo



FUNDAÇÃO SILIUS

FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS

Av. Getúlio Vargas, 1157, sala 603 - Menino Deus

CEP 90150-005 - Porto Alegre/RS

www.silius.com.br - silius@silius.com.br - secretaria@silius.com.br

Fones: (51) 3233.5955 - (51) 3233.5835